

A Câmara de João Pessoa Pede Anistia Para Prestes



N. A. BULGANIN

MOSCOU, 16 (AFP) — O sr. Leonid Illytchev, em entrevista à Imprensa, concedida no Ministério das Relações Exteriores da União Soviética, anunciou que o sr. Bulgânin, presidente do Conselho da URSS, derá ultimamente resposta a novas perguntas que lhe tinham sido feitas pela revista americana "Vision". As perguntas apresentadas pelo jornalista americano referem-se às relações entre a América do Sul e a União Soviética.

PRIMEIRA PERGUNTA — É verdade que a União Soviética se prepara para ter relações diplomáticas com os países da América Latina, países com os quais ainda não tem relações?

RESPOSTA — A União Soviética, bem como pensam, está pronta para ter relações diplomáticas com todos os países com os quais ainda não tem, e em particular os países da América Latina. A União Soviética é por um desenvolvimento das relações e da colaboração entre todos os governos e, em particular, com os da América Latina.

SEGUNDA PERGUNTA — Como utilizou a União Soviética as suas relações diplomáticas com a Argentina, o México e o Uruguai?

RESPOSTA — Efetivamente, a União Soviética tem relações diplomáticas com a Argentina, o México e o Uruguai, o que lhe permite reforçar as relações culturais e comerciais, e reforçar a paz. No decurso destes últimos tempos, aumentamos consideravelmente o nosso comércio com a Argentina. Pensamos igualmente que no futuro as nossas relações com os outros países da América Latina nos permitirão igualmente estabelecer relações comerciais, no interesse dasque países e da colaboração internacional.

Imprensa POPULAR

Diretor: PEDRO MOTTA LIMA

ANO IX ★ RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 1956 ★ N° 1.713

ENTREVISTA DE BULGANIN A REVISTA AMERICANA "VISION"

PRONTA A URSS A MANTER RELAÇÕES COM OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Respondendo a um Questionário de um Jornalista Americano, o Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética Acentua que é Favorável ao Desenvolvimento Das Relações e da Colaboração Entre Todos os Governos e, em Particular, Com os da América Latina — A Política Exterior da U.R.S.S. é Fundada no Respeito da Soberania de todos os Países, Grandes ou Pequenos — O Governo Soviético é Pelo Desenvolvimento do Comércio Com Todos os Países Latino-Americanos

TERCEIRA PERGUNTA — Quais as garantias que a União Soviética pode dar, no que concerne à intromissão soviética na política dos países da América Latina?

RESPOSTA — A U.R.S.S. não se imiscui nos assuntos internos dos outros países, e considera que os outros países não devem igualmente imiscuir-se nos seus assuntos internos. A política exterior da União Soviética é fundada no respeito da soberania de todos os países, grandes ou pequenos. A U.R.S.S. é sempre pela coexistência pacífica e pela colaboração amistosa entre todos os governos, e isso em grande as diferentes estruturas políticas. É um dos mais importantes princípios da política externa da U.R.S.S.

QUARTA PERGUNTA — Pensa a União Soviética em desenvolver o comércio com os países da América Latina, e quais as medidas que espera tomar para melhorar essas relações?

BESPOSTA — A União Soviética é pelo desenvolvimento do comércio com todos os países da América Latina.

QUINTA PERGUNTA — Pensa a URSS participar de exposições nos países da América Latina, exposições semelhantes à que houve ultimamente em Buenos Aires? Nessas exposições mostrar-se o desenvolvimento da energia atómica e o de outros produtos industriais?

RESPOSTA — A exposição de Buenos Aires, de 1955, era uma das exposições que a URSS organizou nos países estrangeiros, no decurso dos últimos tempos. A União Soviética organizará outras exposições semelhantes, entrando previamente em acordo com os países interessados. Não está excluído que, nessas exposições, seja mostrado o papel pacífico da energia atómica, que a União Soviética já expôs, em 1955, em Genebra e em Nova Delhi.

SEXTA PERGUNTA — Quais os produtos que a União Soviética poderá exportar para a América Latina, e quais os que quereria importar daqueles países?

RESPOSTA — A URSS exporta numerosas mercadorias, que interessam aos países em relação com ela. Em particular,

pode enviar para os países da América Latina várias espécies de máquinas e produtos industriais, entre os quais para a indústria petroífera, máquinas-ferramentas, instrumentos agrícolas, peças de automóvel. Além disso, se necessário, a União Soviética pode garantir uma ajuda técnica e enviar especialistas para aqueles países, no domínio da energética, da construção, do transporte e da economia agrícola. A União Soviética poderá exportar para a América Latina, se isso interessar, madeira, celulose, papel, petróleo e produtos do petróleo, produtos laminados, cimento, produtos químicos e outras mercadorias, importando produtos de economia agrícola e industrial.

SETIMA PERGUNTA — Para o seu comércio, quer a União Soviética ter relações com os governos ou com firmas privadas?

RESPOSTA — A URSS, para o seu comércio externo, trata com organizações governamentais, e igualmente com organismos privados, e mesmo com personalidades privadas.

OITAVA PERGUNTA — Quer a União Soviética trocar mais visitantes com a América Latina?

RESPOSTA — Sim, assim pensamos.

NONA PERGUNTA — Projeta a União Soviética a possibilidade de que linhas de aviação da América Latina, que atualmente vêm até à Europa, possam continuar o seu itinerário para as cidades soviéticas?

RESPOSTA — Essa questão exige exame especial, e é necessário sejam igualmente estudadas as condições concretas, discutindo-se com as partes interessadas.

Gráficos no Debate das Leis Sociais

«Conferência Oportuna e Necessária», diz o sr. Newton E. de Oliveira, da Diretoria da Federação Nacional Dos Gráficos (Na 2.ª pág.)

A PLATAFORMA PATRIÓTICA, IMPULSIONADORA DA UNIDADE

A repercussão crescente e cada vez mais profunda da Plataforma progressista comprova que as massas estão realmente dispostas a dela fazer um roteiro para sua ação política, a utilizá-la como büssola para participar dos acontecimentos. Sabemos que tudo depende, de fato, da ação do povo. E a unidade reclamada pelos supremos interesses do povo só pode forjar-se, nas atuais circunstâncias, é na luta prática pelas reivindicações contidas na plataforma.

UM profundo e ardente desejo de mudança da situação em favor do povo anima os mais amplos setores da população. Esta aspiração manifesta-se na exigência que se generalize o respeito às liberdades democráticas e sindicais, na condenação e no repúdio a qualquer solução extralegal e apoiada na violência, no apoio aos reclamos de pleno restabelecimento das franquias democráticas e pela abolição das discriminações ideológicas e políticas que impedem a atuação legal de Prestes e seus correligionários.

MULTIPLICAM-SE em toda parte, inclusive no parlamento, nas organizações do comércio, da lavoura e da indústria, as manifestações que proclamam a necessidade de defesa dos interesses e da soberania nacionais, de entendimento e relações pacíficas com todos os povos. A campanha da Standard Oil contra o monopólio estatal do petróleo é respondida com novas e firmes posições de defesa da Petrobras e das riquezas naturais do país, de defesa da indústria nacional.

AI estão as lutas, que só poderão crescer, pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares, a movimentação do funcionalismo pela classificação e melhoria de vencimentos, os protestos cada vez mais altos contra a intolerável carestia da vida exigindo medidas práticas para pôr um paralelo a essa situação.

AS grandes vitórias democráticas últimamente conquistadas pelo nosso povo incutiram às massas confiança nas suas próprias forças. Torna-se cada vez mais evidente que as reivindicações da plataforma patriótica são perfeitamente vivíveis e exequíveis. E mesmo alguns setores que antes vacilavam podem agora concluir mais facilmente que a modificação verificada na correlação de forças políticas do país permite ao povo continuar avançando. Mas há forças reacionárias que a isto se opõem. A própria vida impõe ao povo a união como uma necessidade, a coalizão democrática e progressista como a forma justa e prática de luta.

A realidade é que, em todos os partidos, existem sempre agrupamentos e setores mais ou menos numerosos e importantes que, de uma ou outra forma, se esforçam por se manter ligados às massas trabalhadoras e que tentam refletir o sentimento predominante em determinados setores das massas populares.

A plataforma patriótica é uma proposta concreta de ação comum a todos estes setores que, unidos, representam uma força respeitável que não pode deixar de ser tomada em conta. Nesta ampla união é vital e decisiva a unidade e organização da classe operária e sua aliança, forjada na própria luta, com as massas camponesas. E assim, lutando pela realização da plataforma patriótica, que as massas isolam os elementos mais reacionários e pró-lançamentos que tudo fazem para arrastar o país ao colapso da democracia. Esta unidade política é que garantirá as mudanças na política interna e externa do país, mudanças exigidas pela maioria esmagadora dos brasileiros.

NÃO É MANEIRA DE DAR SEGURANÇA AO NOSSO PAÍS

Falam-nos os Deputados Nelson Monteiro, do P.S.D., Neiva Moreira, do P.S.P., e Portu gal Tavares, do P.R.

VOTAREI contra a nova prorrogação do estado de sítio pelo mesmo critério com que me opus à sua decretação. Não acredito seja este o meio de oferecer segurança ao país — declarou o deputado Nelson Monteiro, do P.S.D., deputado do Espírito Santo. E frisou o parlamentar capixaba:

— Os candidatos eleitos nas urnas de 3 de outubro têm assegurada sua posse. E esta é uma questão pacifi-

ca. Por que, então, cercá-la dessas sombras, a ponto de, sob o pretexto de garantir o que é coisa certa e líquida, impor restrições à viabilidade da Constituição?

INTEIRAMENTE DESNECESSÁRIO

Disse o deputado Neiva Moreira (P.S.P. do Maranhão):

— Hoje, como nas oportunidades anteriores, considero inteiramente desnecessário o estado de sítio. Votei

assim desde o projeto inicial e verifico, com satisfação, que outros colegas, que nesse momento tomaram posição realmente equivocada em relação ao problema, chegam à mesma conclusão. Começar um governo com medida de exceção é sinal de mau agouro.

NAO CONVENCE A JUSTIFICAÇÃO

O deputado Portugal Tavares, do P.R. paraibano, assinalou que o estado de sítio, como qualquer medida de exceção, fere as garantias constitucionais. Achou que o governo, de subversão latente, deve apontá-las à nação.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

poderá invocar o mesmo pretexto. Não posso apoiar uma

providência cuja justificação não me convence.

— Como se está fazendo — acentuou — é que é perigoso. A qualquer hora, se

Intoleráveis Numa Democracia as Discriminações Ideológicas

Gráficos no Debate das Leis Sociais

Conferência Oportuna e Necessária, Diz o sr. Newton E. de Oliveira, da Diretoria da Federação Nacional Dos Gráficos

NADA mais oportuno que a convocação da Comissão Nacional de Estudos e Defesa das Leis Sociais, — dig o dirigente gráfico Newton Eduardo de Oliveira, do Conselho Fiscal da Federação Nacional dos Gráficos, — ouvido por IMPRENSA POPULAR à proposo da iniciativa da Comissão Sindical de Estudos e Defesa das Leis Sociais.

NECESSARIO NOVO ENCONTRO SINDICAL

Há muito não temos ocasião de reunir trabalhadores de todo o país que, ao meu ver, são os únicos capazes de analisar seus problemas e reivindicações mais genuínas, e apontar para os mesmos soluções mais convenientes, — acrescenta o nosso entrevistado.

Manifesta-se o Líder do Partido Socialista na Câmara Federal em Favor da Anistia de Prestes e Pela Legalidade Para Todas as Correntes de Opinião — Apóia o Deputado Rogé Ferreira a Plataforma de Unidade Patriótica (Entrevista a Berçelino Maia)

mento de seus compromissos perante o eleitorado popular. Do contrário teremos as nossas reivindicações arquivadas, como sucedeu com as resoluções de 1º Congresso Nacional de Previdência Social. Importantes como foram aquelas resoluções para a melhoria e ampliação do seguro social em nosso país, até hoje não foram postas em prática pelos homens responsáveis pelos destinos da nação.

— Estou certo, — afirma — que da força da organização e da capacidade dos trabalhadores muito poderemos esperar de proveitoso nessa Conferência.

GRAFICOS E SUAS REIVINDICAÇÕES

Respondendo a uma pergunta nossa, respondeu o sr. Newton de Oliveira:

Os trabalhadores gráficos possuem reivindicações próprias, que serão levadas à Conferência. Entre outras podemos citar como mais importantes as seguintes: pagamento de taxa de insalubridade sobre o salário realmente percebido, inclusive a revisão das tabelas de insalubridade; direito para

os gráficos, de modo geral, ao pagamento dessa taxa, pois não se pode admitir distinção entre as atividades gráficas, todas elas igualmente insalubres; salário-mínimo profissional, porquanto, diante da exploração do mercado do trabalho, já atinge a mais de 50% o número de gráficos percebendo salário-mínimo.

A nossa corporação, — continua, — interessa o debate de todos os problemas relacionados com o cumprimento da legislação vigente, trabalhista e da previdência social, e, como todo o povo brasileiro, o debate do problema vital, que é o de salários e custo da vida. Essa Conferência, em boa hora convocada pela Comissão Sindical de Estudos e Defesa das Leis Sociais, realizar-se-á no momento em que um novo governo, eleito pelos trabalhadores, iniciará a sua administração. Esperemos, pois, que os novos governantes deem os debates da Conferência e as resoluções que devem dar, se realmente estão decididos a respeitar e cumprir as promessas da campanha eleitoral.

A LUTA PELAS LIBERDADES E CONTRA O IMPERIALISMO

O texto da plataforma adiantou — coincide, em vários pontos, com o programa de meu partido, a exemplo da luta pelas liberdades democráticas e sindicais, contra qualquer tentativa extralegal, pelo completo restabelecimento das franquias constitucionais, pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares, em defesa do petróleo e demais riquezas minerais e pelo entendimento e relações pacíficas com todos os povos.

O deputado Rogé Ferreira, líder da bancada do Partido Socialista na Câmara Federal, é de opinião que a plataforma de unidade democrática e patriótica, divulgada por este jornal, atende, realmente, aos interesses nacionais.

Durante a palestra que teme com o repórter, o jovem parlamentar paulista justificou essa sua impressão citando, um por um, os itens do histórico documento, como a luta pelas liberdades democráticas e sindicais, contra qualquer tentativa extralegal, pelo completo restabelecimento das franquias constitucionais, pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares, em defesa do petróleo e demais riquezas minerais e pelo entendimento e relações pacíficas com todos os povos.

Justamente por isso, merece toda a minha solidariedade a referência à ação patriótica — que não deve ser arrefecida — contra os propósitos dos monopólios norte-americanos, que agora desencadeiam nova ofensiva, através da Standard Oil, visando a apoderar-se de nosso ouro-negro. Ante a obstinação das forças imperialistas, nesse terreno, o que nos cumpre é redobrar nossa vigilância e prestigiar, por todos as formas, a Petrobras.

FATOR DE UNIDADE

Perguntamos ao representante de São Paulo se considera a plataforma que publicamos um instrumento capaz de proporcionar a mobilização e a união de todos os democratas e patriotas. Foi esta a sua resposta:

— Perfeitamente. É prova disso é o que acabo de afirmar, isto é, traço comum entre ela e o nosso programa, no que toca a questões de maior interesse para o nosso povo. Acredito que outras correntes partidárias possam encontrar, igualmente, essa afinidade, ou, pelo menos, que cheguem a essa conclusão os elementos mais esclarecidos e progressistas que existem em todas elas.

IGUALDADE PARA TODOS OS PARTIDOS

Quanto ao capítulo atinente às liberdades democráticas e a abolição de quaisquer discriminações políticas e ideológicas, o deputado Rogé Ferreira, que já aludira a este trecho da plataforma no inicio de sua entrevista, faz, agora, declarações mais incisivas:

— A plataforma está mais viva certa, quando, nesse particular, propugna pela legalidade para todos os partidos, reivindicando, inclusive, o reconhecimento legal do corrente chefiada por Luiz Carlos Prestes. Os comunistas, como quaisquer outros cidadãos, têm o direito de participar livremente da vida política do país. As Convenções do Partido Socialista deixaram bem claro esse nosso modo de entender.

— A plataforma está mais viva certa, quando, nesse particular, propugna pela legalidade para todos os partidos, reivindicando, inclusive, o reconhecimento legal do corrente chefiada por Luiz Carlos Prestes. Os comunistas, como quaisquer outros cidadãos, têm o direito de participar livremente da vida política do país. As Convenções do Partido Socialista deixaram bem claro esse nosso modo de entender.

PROPOSTA INACEITAVEL

A adoção da provisão acima enunciada foi deliberada.

O P.T.B. e a Prorrogação da Emergência

Ontem pela manhã, reuniu-se, na Câmara Federal, a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nessa Casa do Congresso, a fim de definir sua posição face ao pedido de nova prorrogação, por trinta dias, do estado de sítio.

Na oportunidade, o deputado Frota Moreira apresentou uma emenda ao projeto, reduzindo a dilação da emergência para cinco dias, isto é, até à posse dos sr. Juscelino Kubitschek e João Goulart. A proposta foi rejeitada por um voto apenas. E como os parlamentares petebistas haviam acordado, previamente, em que fosse o resultado, acataram a manifestação da maioria, vão votar a prorrogação de trinta dias.

LEIA RÁPIDO

A preços de fábrica, Cortes de Cr\$ 500.000. Roupinhas de crianças, menina ou menino a partir de Cr\$ 35.00. AMARUÍ, Rua da Andrade, 318, apto. 101, apto. Rua Vinte de Abril, 1 — Igreja. Atendemos pelo Reembolso.

EMPRÉSTIMOS NO MONTEPIÃO

As propostas de empréstimos anunciamos para este mês no Monteipo dos Empregados Municipais, e ainda não procuradas, serão pagas até o dia 23, quando será encerrado o pagamento deste mês.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da COFAP, o negocista Pacheco, não poderá ter encaminhado a votação do aumento, pois no momento em que se realizou a sessão plenária já se encontrava exonerado do cargo.

Algea igualmente o imparante que o ex-presidente da

Calamitosa a Situação Das Estações Radiocosteiras

LUTARÃO OS PREVIDENCIÁRIOS PARA ASSEGURAR O ABONO

Declarções do Diretor da União Dos Previdenciários — Não Foi Paga a Gratificação Anual de 1955 — Infração ao Regulamento do IAPI

Os previdenciários têm como certo o direito de receber a gratificação anual que lhes é devida e só descansem quando conseguirem assegurar definitivamente — declarou o sr. Alberto Santos, diretor da União dos Previdenciários e diretor-conselheiro da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP).

Solicitado, em seguida, a fazer um histórico sobre o abono, o entrevistado serviu-se do IAPI como exemplo:

Desde a fundação do IAPI, ocorrida no ano de 1938, que os funcionários dessa autarquia perceberam uma gratificação anual, correspondente a um mês de salário. No governo do sr. Café Filho esse direito ficou com o funcionalismo suspenso sem mais nem menos assim como foi abolida toda sorte de garantias aos trabalhadores.

A CIS, porém, — continua — representando o funcionalismo do IAPI, impetraram mandado de segurança contra a decisão do governo. Sendo concedido, o pessoal do IAPI recebeu a gratificação em 1954. No entanto, o Tribunal Federal de Recursos não deu provi-

mento ao recurso e negou a segurança, ficando o funcionalismo do IAPI bem como todos os previdenciários em 1955, sem o abono.

ASSEGURADO PELO REGULAMENTO

Proseguindo, revela o sr. Alberto Santos que os funcionários do IAPI têm a gratificação anual assegurada pelo seu regulamento.

Até hoje, ao que me consta — diz ele — esse regulamento não foi revogado. Aliás, a União dos Previdenciários esteve em visita ao ministro do Trabalho e este prometeu assegurar definitivamente a gra-

Algunas Estão Paradas, Outras Não Permanecem na Escuta — Absoluta Insegurança no Trabalho Dos Homens do Mar — O DCT e a Bond And Share, os Responsáveis Pelas Criminosas Irregularidades

O recente naufrágio do «Berga», revelando a ausência de telegrafistas a bordo de inúmeros navios e o funcionamento ilegal de estações clandestinas de telefonia, obsoletas e ineficientes, são dois aspectos graves e já conhecidos da insegurança com que trabalha o homem do mar. Outros aspectos existem, entretanto, e que apontam de maneira mais clara a responsabilidade do governo — o Departamento de Correios e Telegrafos — por essa criminosa situação: existem pouquíssimas estações radiocosteiras no Brasil e mesmo assim algumas estão paradas, outras funcionando precariamente.

UMA ESTAÇÃO PARADA

As estações radiocosteiras de terra funcionam teoricamente como receptores e transmissores de comunicações com os telegrafistas de bordo nos navios. Rececem e transmitem mensagens não só referentes à segurança das tripulações e cargas como também comunicados de caráter comercial, usados ainda por portos uma função econômica importante.

Neste quanto, a Rádio-Olinda (RIO), que tem por função servir a zona litorânea de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, é das mais importantes. Entretanto, por incrível que pareça, essa estação não funciona há mais de um ano. No inicio, o pretexto do DCT era a falta de energia elétrica no local; o grupo motorizado ali existente estava quebrado e portava a estação não funcionava. Com o aprovamento de Paulo Afonso, a energia elétrica chegou a Olinda. Entretanto, vinhos distribuídos pela Bond & Share (Pernambuco Tramways): a força elétrica é muito fraca, não permitindo o funcionamento da Rádio-Olinda. Deve-se registrar ainda que, mesmo funcionando, a Rádio Olinda não atenderia bem as necessidades, pois foi instalada em local de intenso tráfego ro-

doviário, impulsionada para receber e transmitir seu sinal devido a interferências dos motores dos veículos. De qualquer forma, entretanto, não se justifica que a Rádio-Olinda continue parada, porque na «Bond & Share» e do Departamento de Correios e Telegrafos.

NAO PERMANECER NA ESCUTA

Como a Rádio-Olinda não funciona, as mensagens para Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas são captadas e transmitidas pela Fortaleza-Rádio (P.R.Z) e Amaralina-Rádio (PPA), que ficam assim sobrecarregadas, provocando atrasos nas respostas às emissões de bordo e na recepção de comunicações. Um SOS neste zona pode, portanto, ser recebido com um considerável atraso ou até nem mesmo ser captado.

Em outras estações radiocosteiras do DCT ocorrem diversas irregularidades: estas, como esta: cinco navios não ficam permanentemente na escuta. São elas a já citada Amaralina-Rádio, a Salinas-Rádio (PPL), a Vitrória-Rádio (PPT), a Santos-Rádio (PPS), a Floriano-Polis-Rádio (PPF) e a Jundiaí-Rádio (PPJ). Desobedecen-

do o Regulamento Geral de Radiocomunicações, essas estações ficam horas paradas, impossibilitando o salvamento de tripulações e cargas na eventualidade de um naufrágio águas horas.

RESPONSABILIDADE DO DCT

A Rio-Rádio (UPR) funciona com material precário. Todas as estações radiocosteiras de terra, sem exceção, funcionam com pessoal não habilitado, por uma razão simples: os telegrafistas portadores de certificados de habilitação, profissionais não aceitam trabalhar pelos miseráveis salários que o DCT paga. Como consequência, o trabalho fica entregue a pessoas sem os conhecimentos técnicos necessários de radiotelegrafia.

Todos estes fatos, por mais absurdo que pareça, são do conhecimento da direção do DCT, pois já foram denunciados pelo Sindicato Nacional dos Radiotelegrafistas da Marina.

Entretanto, o grupo motorizado da Rádio-Olinda-Rádio, já citada Amaralina-Rádio, já desrespeito do DCT pela vida dos marinhos e a segurança do transporte marítimo de cargas.

INATIVOS CIVIS TÊM O MESMO DIREITO DOS INATIVOS MILITARES

Na justificativa da emenda aditiva ao projeto de lei nº 694/55, apresentada pelo deputado João Machado, que cogita o aumento dos militares, propõe-se, apenas, 70% aos inativos civis na base do que foi concedido aos fun-

cionários em atividade. A Comissão de Finanças da Câmara já deliberou majorar os proventos dos inativos militares na mesma base dos militares de ativa.

Esta foi a denúncia que nos apresentou em carta o Sr. José Alves da Silva, alertando os funcionários apresentados sobre a atitude assumida pelo deputado João Machado.

Entre outras coisas, diz o missivo:

“A emenda aditiva, ardilosamente encalhada no projeto dos militares, revoga de maneira soturna o devido adquirido pelos inativos civis no artigo 1º da lei nº 2.422 de 18/10/55, mantendo por mais de dois títulos de votos no Congresso quando da arrecadação de voto presidencial, de acordo com o artigo 70 e 3º da Constituição.

Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

— Dessa maneira — conclui — o deputado revoga sumarilmente a lei nº 2.622 e altera, com uma simples emenda, as redações dos artigos 141, parágrafo 1º e 3º, 182, parágrafo 6º, e 193 da Carta Magna, já que se conforma que, selo tratado em pé de igualdade de funcionários inativos civis com os militares em situação idêntica.

Atores de "Porgy and Boss" Casam-se na URSS

MOSCOW, 16 (AFP) — Os artistas negros da companhia "Porgy and Bess", atualmente em excursão na URSS, celebraram, perante autoridade soviética, o casamento de dois americanos em território soviético — o de Earl Jackson — que desempenha um dos principais papéis, o de Spookin Live, com Helen Thengen — que faz o papel de Serena.

O casamento religioso se celebrou no dia 17, na

Igreja Batista.

A noite, depois do espetáculo, haverá grande recepção num dos principais restaurantes desta Capital, que reunirá numerosos atores, bem como alguns diplomatas americanos.

Na véspera de partir a companhia para Varsóvia, será realizado um grande jantar de despedida, no restaurante «Metrópole», oferecido pelo ministro dos Assuntos Culturais da URSS.

DOENÇAS NERVOSEAS E MENTAIS

NOVO TRATAMENTO ODONTO-HOMEOPATICO
RÁPIDO E EFICIENTE

DRS. KAMIL CURI E JOÃO FIUZA
Epilepsia, Esquistosíse, Neuroses, Distúrbios Sexuais
e Vago-Símpaticos, Insônia, Tonturas, Dor de Cabeça,
Medo, Manias, Angústias, etc.

RUA S. JOSÉ, 85 — SALAS 211/212 — TEL: 42-6819

Fatal ao Colonialismo a Unidade Entre os Povos

COLAPSO DO SISTEMA COLONIAL — NOVAS VITÓRIAS DOS POVOS CONTRA OS IMPERIAIS.

LISTAS SURGIRÃO NESTE ANO

PEQUIM (Agência Nova China, pela Inter Press) — As vitórias conseguidas pelas forças anticolonialistas no mundo inteiro em 1955 foram apreciadas num artigo assinado por Tsui Chi, no "Diário do Povo". O articolista predisse que no corrente ano serão obtidas vitórias ainda maiores pelas forças anticolonialistas que continuam a unir-se.

Colapso do Sistema Colonial

O ano passado viu um imenso desenvolvimento do movimento anticolonialista nos países do Oriente, marcando o colapso do sistema imperialista colonial.

Um grande golpe contra o colonialismo foi a conferência de Bandung na qual 29 países, árabes e africanos tomaram parte. A unidade entre os povos da Ásia e África é fatal ao colonialismo, pois que eles exibem unanimemente uma paz estabilizada no mundo, a eliminação de todos os males do colonialismo e a cooperação amistosa entre os povos de todas as terras. Esta unida-

de estimulou grandemente a luta contra o colonialismo.

Hoje o espírito de Bandung tornou-se um fator imperialista na arena internacional. Os povos dos países africanos e asiáticos estão desempenhando um papel positivo de crescente importância nos assuntos internacionais.

As forças de paz na Ásia, que puseram fim com êxito à guerra na Coreia e Indochina, estão atualmente seguindo de perto a situação na Malásia. Há mais de sete anos os coloniais britânicos impuseram a guerra

ao povo malayo. Mas os fatos mostram que a política de força não pode solucionar a situação e que o desejo de independência do povo malayo não pode ser esmagado. Chegou a época de reconhecer os direitos nacionais do povo malayo e restabelecer a paz na Malásia.

MOVIMENTO ANTICOLONIALISTA EM TODO O MUNDO

No Oriente Próximo e Médio, o movimento anticolonialista também se amplia. O desespero dos povos dessas partes da terra sacode o controle imperialista e visa a salvaguarda de sua independência política e seus interesses nacionais. Elas travaram duras lutas no ano passado contra o Pacto de Bagdá, criado pelos potenciais coloniais e contra a intervenção ocidental.

Na África do Norte a luta pela independência nacional travada pelo povo da Argélia e Marrocos desenvolve-se, a despeito da opressão francesa. Isto demonstra que a chamada terra do colonialismo está se levantando.

A torrente do anticolonialismo refletiu-se também na 10ª sessão da Assembleia Geral da ONU. A inclusão na agenda da certas questões sobre

colonialismo e a inserção de um artigo sobre a autodeterminação na convenção dos direitos humanos foram vitórias importantes do movimento contra o colonialismo.

A campanha anticolonialista nos países da América Latina também cresceu em consequência da influência do movimento afroasiático contra o colonialismo.

As potências coloniais chefiadas pelos Estados Unidos estão bastante alarmadas.

CRIMES DOS IMPERIALISTAS

O ano passado traz à memória uma série de crimes ignominiosos praticados pelos coloniais norte-americanos. Tentaram minar a soberania dos países asiáticos, interferiram nos negócios internos dos países do Oriente Próximo e Médio, forneceram armas aos coloniais franceses para assassinato dos norte-americanos, apoiaram a ocupação do território indiano de Goa pelos coloniais portugueses e foram responsáveis por muitos outros crimes. Além disso, os EUA apoiaram instintivamente o colonialismo nos debates da ONU sobre

questões coloniais. Os Estados Unidos tornaram-se o principal pilar do colonialismo.

Em contraste com as potências imperialistas, os países socialistas e de democracia popular manifestam simpatia para com os países libertados apoiando-os e as suas gestões lutando por sua independência. As vilas de Bulgária e Kruchev à Índia, Birmanha e Afeganistão marcam o fortalecimento da amizade entre a União Soviética e os países orientais.

O crescimento das relações econômicas entre a União Soviética e a Índia, Birmanha e outros países demonstra que a URSS, possuidora de uma poderosa indústria e experiência técnica avançada, é sincera no ajudar os países subdesenvolvidos a construir sua indústria nacional sem se revindicar quaisquer concessões políticas.

Os chefes de Estado dos países do Oriente, homens de visão, leais aos interesses nacionais concordam que a ajuda americana sómente poderá trazer-lhes a catástrofe e a escravidão.

NOVAS VITÓRIAS SERÃO CONQUISTADAS

O ano de 1955 registrou muitas vitórias das forças anticolonialistas. Entretanto, as potências coloniais não se conformam com suas derrotas. Tentam impelir desesperadamente o avanço dessa avalanche histórica. A medida em que as forças anticolonialistas se unirem mais e mais, novas e maiores vitórias serão conquistadas no corrente ano.

OFERTA À JORDÂNIA PARA DISPENSAR A «SUBVENÇÃO» INGLESA

DAMASCO, 16 (AFP) — Entreguei pessoalmente, em 11 de outubro, ao Presidente do Conselho e ao Ministro das Relações Exteriores da Jordânia, a nota comunicando que a organização egito-saudiana, que se propõe a subvenção das três potências para permitir à Jordânia dispensar a subvenção britânica, declarou a imprensa o sr. Nessib Bahr, ministro da Síria em Amman, que chegou a Damasco.

«Os dois homens de Estado jordanianos, acrescentou o diplomata sírio, acolheram bem essa nota e prometeram responder em tempo oportuno.»

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS MARINHEIROS
E CLASSES ANEXAS LIMITADA
Marítimo, defende o seu dinheiro comprando na sua Cooperativa. Oferecemos as seguintes vantagens:
1º — Fornecimento de gêneros alimentícios e utilidades domésticas a crédito;
2º — não há intermediários, o que permite preços mais baratos;
3º — os gêneros são da melhor qualidade e não serão enganados pelo peso das mercadorias;
4º — roupas e suas coisas sem as caras ilhas.
Comprando na tua Cooperativa estás fazendo contribuição a cestaria.
AV. PRESIDENTE VARGAS, 922 — Rio
RUA HENRIQUE LAGE, 1 — Niterói.

NA ARGENTINA:

Medidas Fascistas Contra os Trabalhadores

RECUSA DE PAPEL AOS JORNALISMO DEMOCRATICOS — PRISÃO EM MASSA E DEPORTAÇÕES

BUENOS AIRES, 16 (AFP) — Os dirigentes do semanário «Nuestra Palabra» anun-

ciam que a renovação de seu abastecimento de papel fora recusada pelo organiza-

PRAIAS ITAGUAÍ E VILA GENY

Teremos próximos à praia de VILA GENY, ramal de Mangaratiba, lotes planos demarcados, sem entrada e sem juros, em prestações a partir de 300 cruzeiros, com água, luz, telefônico, telefone, escuta, piscina, cachoeira, estação, estrada de rodagem, condução, tudo dentro do locamento. Subida de trem especial todos os domingos. Telefone para reservar seu lugar. Tratar à Avenida MARECHAL FLORIANO N° 13, 1º andar (antiga Rua Larga). Tel: 23-3840 e 43-2729, com o Sr. J. Siqueira. Aceito corretores (as).

mo oficial encarregado de distribuir papel de jornal às diferentes publicações argentinas.

BUENOS AIRES, 16 (AFP) — A polícia ofeteou nesta Capital numerosas prisões, principalmente de operários sindicalizados. Esses serão deportados para o extremo sul da Argentina.

VIOLAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS
BUENOS AIRES, 16 (AFP) — As pessoas que foram recentemente deportadas para

Ushuaia, Terra de Fogo, não podem voltar à penitenciária de Buenos Aires, declarou o ministro da Justiça, sr. Lauriano Landaburu, em comunicação ao juiz nacional Luis Bodet.

O juiz se manifestara contra a deportação, acentuando que essa medida violava as garantias constitucionais.

ESPÉLHO DA RODADA

CONDENADO O OLARIA PELA F.I.F.A.

PARIS, 14 (AFP) — Quando da excursão que realizou pela Europa, em maio de 1954, o Olaria Atlético Clube, do Rio de Janeiro, tinha concordado com a Federação Francesa para disputar um jogo com uma equipe de Tunísia. No último momento, o clube brasileiro, pretextando dificuldades de deslocamento, não cumpriu o compromisso. O clube de Tunísia, que fizera despesas, apresentou queixa pe-

ra o presidente da F.I.F.A.

EM BARIRI, atuando fra-

temente, o Olaria den-

enseja a que o Madureira

conquistasse a sua primeira

vitória no campeonato. Os

madureirenses não apre-

saram atuação superior às

exibidas anteriormente, mas

jogaram o necessário para

colher uma vitória pelo mar-

cador de 3 x 1.

CONDENADO O OLARIA PELA F.I.F.A.

PARIS, 14 (AFP) — Quando da excursão que realizou pela Europa, em maio de 1954, o Olaria Atlético Clube, do Rio de Janeiro, tinha concordado com a Federação Francesa para disputar um jogo com uma equipe de Tunísia. No último momento, o clube brasileiro, pretextando dificuldades de deslocamento, não cumpriu o compromisso. O clube de Tunísia, que fizera despesas, apresentou queixa pe-

ra o presidente da F.I.F.A.

ESTÁ DOENTE?

Sofre de doenças intermitentes? Não perca a esperança na sua cura. Procure o especialista Dr. Jorge Junqueira, médico da Associação Eclesiástica Jesus Cristo.

HORÁRIO:

Segundas, quintas e sextas, das 9 às 12 e das 16 às 19 horas.

CONSULTA:

(50,00 cruzeiros) — Consultório: Avenida das Democracias, 813. Bonfim.

SEJA INTELIGENTE

Meias a partir de Cr\$ 10,00. Calças e blusões tipo coringa a Cr\$ 65,00. E mais cinquenta tipos de blusões a partir de Cr\$ 65,00. Preços de fabrica.

Tipos «A», contendo 20 selos comemorativos do Brasil.

Tipos «B», contendo 20 selos comemorativos do Brasil.

Tipos «C», contendo 25 selos dos países do campo socialista (URSS, ROMÊNIA, POLÔNIA, etc.), contendo 25 selos comemorativos.

Tipos «D», contendo 15 selos comemorativos dos países do campo socialista.

Todos os selos são limpos e perfeitos.

Envie seu nome e endereço completo, junto com uma carta postal correspondente ao valor dos envelopes escondidos para:

Os selos postais registram datas, acontecimentos, personalidades, etc. dos países que os emitiram. Instrua seu filho, dando-lhe de presente um bom inicio para uma coleção.

Aquela os envelopes populares a Cr\$ 50,00 cada um, contendo 20 selos comemorativos.

Tipos «A», contendo 20 selos diferentes do Brasil.

Tipos «B», contendo 20 selos comemorativos do Brasil.

Tipos «C», contendo 25 selos dos países do campo socialista (URSS, ROMÊNIA, POLÔNIA, etc.), contendo 25 selos comemorativos.

Tipos «D», contendo 15 selos comemorativos dos países do campo socialista.

Todos os selos são limpos e perfeitos.

Envie seu nome e endereço completo, junto com uma carta postal correspondente ao valor dos envelopes escondidos para:

Os selos postais registram datas, acontecimentos,

personalidades, etc. dos países que os emitiram. Instrua seu filho, dando-lhe de presente um bom inicio para uma coleção.

Aquela os envelopes populares a Cr\$ 50,00 cada um, contendo 20 selos comemorativos.

Tipos «A», contendo 20 selos diferentes do Brasil.

Tipos «B», contendo 20 selos comemorativos do Brasil.

Tipos «C», contendo 25 selos dos países do campo socialista (URSS, ROMÊNIA, POLÔNIA, etc.), contendo 25 selos comemorativos.

Tipos «D», contendo 15 selos comemorativos dos países do campo socialista.

Todos os selos são limpos e perfeitos.

Envie seu nome e endereço completo, junto com uma carta postal correspondente ao valor dos envelopes escondidos para:

Os selos postais registram datas, acontecimentos,

personalidades, etc. dos países que os emitiram. Instrua seu filho, dando-lhe de presente um bom inicio para uma coleção.

Aquela os envelopes populares a Cr\$ 50,00 cada um, contendo 20 selos comemorativos.

Tipos «A», contendo 20 selos diferentes do Brasil.

Tipos «B», contendo 20 selos comemorativos do Brasil.

Tipos «C», contendo 25 selos dos países do campo socialista (URSS, ROMÊNIA, POLÔNIA, etc.), contendo 25 selos comemorativos.

Tipos «D», contendo 15 selos comemorativos dos países do campo socialista.

Todos os selos são limpos e perfeitos.

Envie seu nome e endereço completo, junto com uma carta postal correspondente ao valor dos envelopes escondidos para:

Os selos postais registram datas, acontecimentos,



Dezenas de moradores do Parque Proletário da Penha reuniram-se domingo, ultimo na Praça Central, Pra-Melhoramento do Parque para festear a coroação da Rainha e Princesas daquela entidade, e também homens e prolongaram-se até as primeiras horas da madrugada de ontem. Durante a festa foram abertas as inscrições para o concurso referente ao certame.

As candidatas, representadas as novas candidatas que são as jovens Vilma Castilho (Rainha de 1955), Genéia Coelho, Ilda Pereira

e a Universa (Princesa de 55), Maria Carmen Alves, Maria Helena e Maria Aparecida Coelho.

Iniciou-se assim nova etapa da luta promovida pelo Centro Pra-Melhoramento do Parque Proletário da Penha, objetivando levar água e outras benfeitorias a milhares de pessoas que residem no alto do morro. O intuito das moradoras é que venham a ser adquiridas as casas e outros materiais indispensáveis à distribuição da água.

(Na foto vemos a Rainha Vilma Castilho, lado à Rainha Universa, e as Princesas Oliveira e Genéia Coelho, eleitas no concurso de 1955).

verificarem em benefício geral.

Acreditamos que o empenho dos dirigentes do Centro para conquistar a mais sentida relevância daquelas famílias (água fácil e abundante) em breve será recompensado, pois todos estão dispostos a elaborar um plano de ação.

Recentemente, o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública sentenciou a Companhia Telefônica a instalar, dentro do prazo de dez dias, cerca de 200 telefones, pagando 500 cruzados de multa para cada dia de atraso no cumprimento da sentença. A companhia fez anunciar pelos jornais que vai recorrer à instância superior contra a decisão do juiz.

Do mesmo tempo a Telefônica publica na imprensa «salas, sob diversas formas comentários, entre revistas, micos), um grande número de matérias visando a justificar a falta de telefones e não atendimento de cerca de 150.000 pessoas que estão na fila esperando um aparelho pedido, em muitos casos, há até anos atrás. A campanha de publicidade, regularmente paga pela subsidiária da Light, tem em vista conseguir um aumento de tarifas enganando o povo, procurando convencer a todos de que o aumento é uma necessidade.

O CONTRATO DE 1922

A reportagem apurou que o recurso da companhia contra a decisão do juiz será fundado na capciosa alegação de que a sentença se baseia no contrato de 1922, quando foi firmado um novo contrato entre a Prefeitura e a Light em 1953, para a exploração do serviço de telefones. E mais uma vez tenta justificar a não instalação de telefones novos por falta de equipamentos.

Na mesma época, a Light aumentou o preço das linhas, pedindo um novo contrato.

Entretanto, o que terminava era o término aditivo. O contrato estava em pleno vigor.

A companhia estava obrigada a atender todos os pedidos dentro de dez dias. Mas a trama pegou: novo contrato foi assinado. Isso incluiu a história do fiscal emitido por fiscalizar, que contaremos depois, em próxima reportagem.

DESMASCARANDO A CAMPANHA DA LIGHT

A sentença do Juiz Cavalanti Gusmão, garantindo o direito dos prejudicados pelas manobras da Light entre um e outro contrato, entre um e outro aumento de tarifas, velo a trapalhar a nova campanha da Telefônica.

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light procura esconder a campanha da Light, revelando a mentira.

a) — Os seus métodos de dissimulação dos lucros;

b) — Como a Light foge ao controle do Estado;

c) — Como os erros de Alim Pedro concordaram com o prejuízo da Telefônica sem examinar os comprovantes;

d) — A Companhia Telefônica quer fazer investimentos e obter lucros com o dinheiro do público e não com o dela. O aumento de tarifas é a farsa nacionalizada.

Em reportagens que pu-

bleceremos na próxima semana, mostraremos o que a Light